



ILAESE



A REAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE E O DESCASO COM A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Apresentação

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos sob coordenação de Gustavo Henrique Lopes Machado.

Este estudo tem por objetivo analisar as finanças públicas de Belo Horizonte, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da educação.

Todas as informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. Fundamentalmente, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (Siconf, FNDE), IBGE e o Diário Oficial do município de Belo Horizonte.

ÍNDICE

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1 - BELO HORIZONTE RETOMA CRESCIMENTO DE SUA ARRECADAÇÃO.....	4
A questão do atraso dos repasses estaduais.....	6
Belo Horizonte retoma superavit orçamentário.....	8
2 - GASTO COM PESSOAL.....	9
Expressivo aumento dos gastos com cargos temporários em 2018.....	11
3 - AS DEFICIÊNCIAS CRÔNICAS DOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO	
.....	13
Investimentos totais em Educação.....	13
Piso constitucional da Educação Básica.....	14
Gastos com os profissionais do magistério na Educação Básica.....	15
4 - FUNDEB é apenas uma receita complementar.....	18
Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação.....	18
5 - O AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO.....	20
Conclusões.....	21

INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado pela crise econômica no Brasil não são poucos os municípios que se utilizam desse fato, amplamente sentido pela classe trabalhadora brasileira, como via de escape para justificar atrasos, estagnação salarial e cortes no orçamento em áreas essenciais como educação, saúde, moradia etc. No caso dos municípios do Estado de Minas Gerais, além da crise econômica nacional, tem-se ainda outra justificativa: a crise nas finanças do governo Estadual que, faz mais de um ano, vem atrasando no repasse de transferências constitucionais aos municípios.

Todo esse cenário corresponde a realidade. A crise é real e reflete problemas estruturais acumulados pelo país no curso dos últimos anos. Seja qual for seus motivos, o certo é que os trabalhadores não causaram essa crise, seja no setor público ou privado. Mesmo assim, a classe trabalhadora brasileira, produtora de toda riqueza e serviços no país, é o principal alvo das medidas que supostamente irão recolocar o país em um ciclo de crescimento. Daí as reformas trabalhista, previdenciária, sindical, além dos cortes e estagnação orçamentária.

De qualquer forma, a situação de Belo Horizonte é bem peculiar. Trata-se da capital da segunda maior economia do Brasil, ponto de convergência do Estado que possui o maior número de municípios e a maior diversidade econômica. Como veremos, se a crise é real, se é igualmente real a crise nas finanças do Estado que acumula quase uma década com deficit orçamentário, esta não é, de forma alguma, a situação da capital mineira.

Como objetivo de apresentar corretamente esse cenário, nesse estudo, indicamos, no Primeiro Capítulo, a situação da arrecadação da prefeitura municipal de Belo Horizonte e o impacto da crise estadual em sua realização. Já no Segundo Capítulo, analisamos os investimentos com pessoal e, em seu interior, a dinâmica entre os quadros fixos do município e os cargos temporários. No Terceiro Capítulo, o setor específico da Educação será analisado sob diversas perspectivas: investimentos em salários dos professores, pisos constitucionais etc. O Capítulo Quarto foi dedicado exclusivamente a questão do FUNDEB e o último a terceirização.

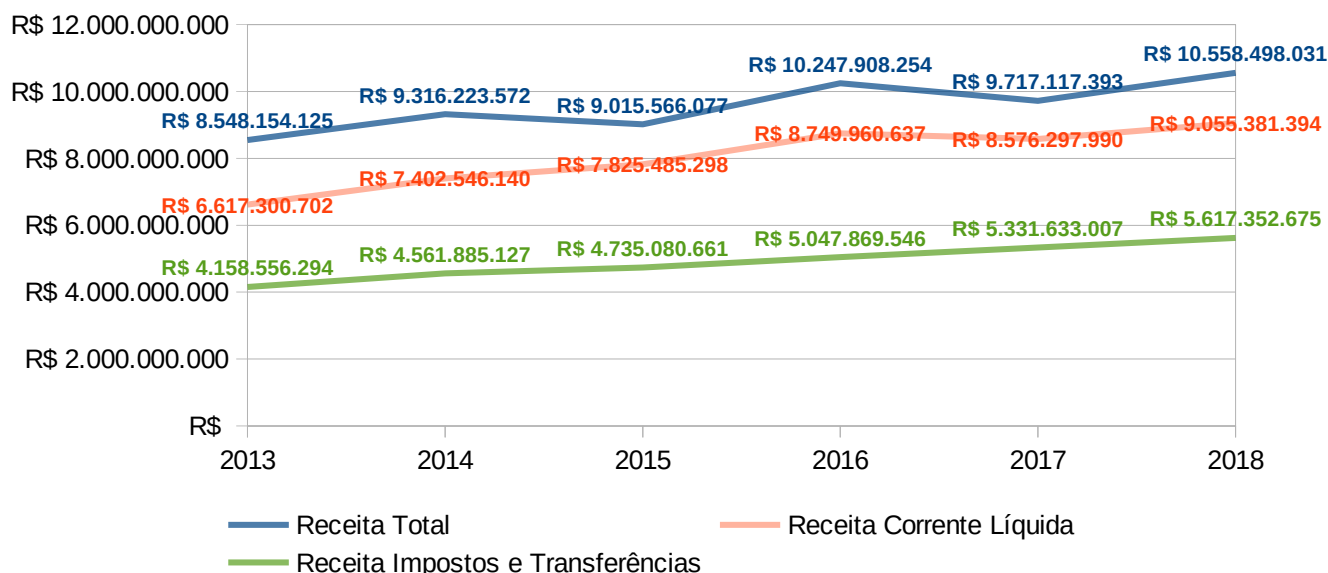
Ao fim do percurso poderemos ver como o discurso da prefeitura municipal, embora embasado em um cenário geral correto, de modo algum reflete a situação de Belo Horizonte. Por esse motivo é fundamental trazer a tona essa informações e realizar uma ampla campanha para que a população de Belo Horizonte, e os servidores da Educação municipal em particular, tenham acesso as informações corretas sobre a real situação do município e, nesse sentido, sobre as possibilidades reais imediatamente apresentadas.

1 – BELO HORIZONTE RETOMA CRESCIMENTO DE SUA ARRECADAÇÃO

Como foi dito na introdução, um argumento comum utilizado pela prefeitura de Belo Horizonte no intuito de justificar a estagnação dos investimentos na educação, bem como a ausência de reposição salarial para seus servidores, é o atrasos nos repasses estaduais, como vem sendo noticiado amplamente. De fato, como veremos nos itens seguintes desse estudo, esses atrasos existem, sobretudo no principal recurso vinculado diretamente à Educação: o FUNDEB. Tais atrasos devem ser, certamente, denunciados e refletem bem as prioridades dos governos estaduais. No entanto, o que a prefeitura municipal não diz é que o financiamento da Educação é uma responsabilidade do município. Recursos, como o FUNDEB, são complementares e não isentam em absoluto a responsabilidade da prefeitura municipal em todos os setores que se encontram sob sua jurisdição. Ainda assim, cabe perguntar, a prefeitura possui arrecadação suficiente para atender as necessidades da educação municipal de Belo Horizonte diante dos atrasos nos repasses constitucionais por parte do governo do Estado de Minas Gerais? É o que veremos a seguir.

Iniciamos, então, por explicitar as 3 principais receitas que servem de referência para a execução orçamentária municipal, bem como para avaliação de limites e pisos constitucionais: a Receita Total, Receita Corrente Líquida e Receita por impostos e Transferências.

Receitas da prefeitura de Belo Horizonte (em reais)



Receitas	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Total	R\$ 8.548.154.125	R\$ 9.316.223.572	R\$ 9.015.566.077	R\$ 10.247.908.254	R\$ 9.717.117.393	R\$ 10.558.498.031
Receita Corrente Líquida	R\$ 6.617.300.702	R\$ 7.402.546.140	R\$ 7.825.485.298	R\$ 8.749.960.637	R\$ 8.576.297.990	R\$ 9.055.381.394
Receita Impostos e Transferências	R\$ 4.158.556.294	R\$ 4.561.885.127	R\$ 4.735.080.661	R\$ 5.047.869.546	R\$ 5.331.633.007	R\$ 5.617.352.675

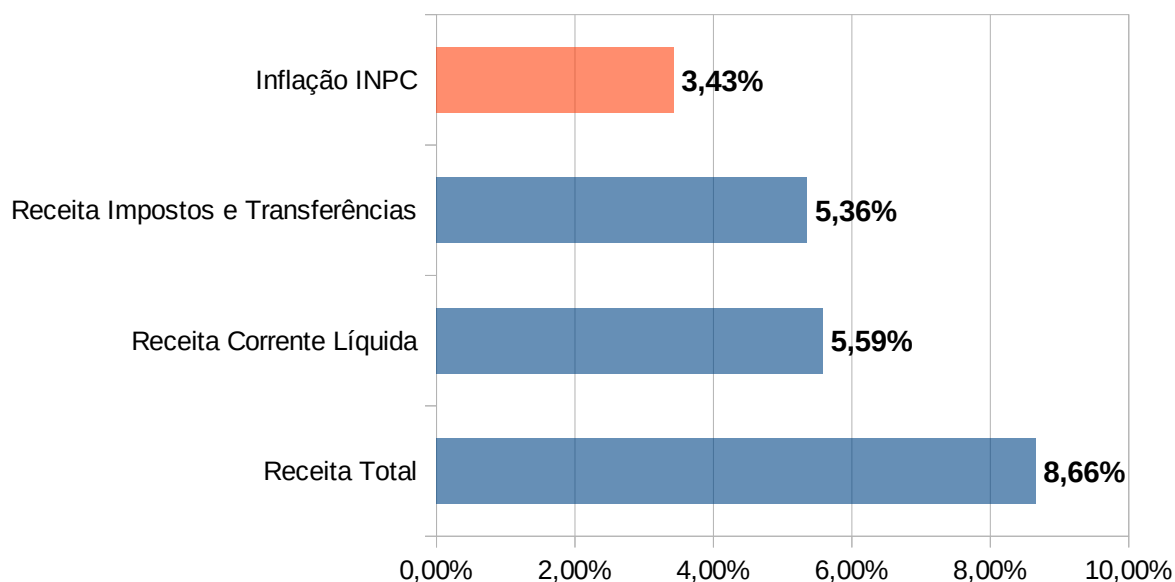
Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. Elaboração: ILAESE

As três receitas indicadas acima são as seguintes:

TIPO DE RECEITA	O QUE A COMPÕEM	QUAL A SUA FUNÇÃO
Receita Total	Composta por toda arrecadação municipal, seja ela corrente, extraordinária, primária ou financeira.	Serve de base para a previsão e execução orçamentária.
Receita Corrente Líquida	Leva em conta apenas a arrecadação periódica (corrente). Desconsidera, por exemplo, o superavit do ano anterior.	Utilizada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Receitas de de Impostos e Transferências	Leva em conta apenas impostos e transferências governamentais. Não considera, por exemplo, arrecadação com taxas, aluguéis.	É a menor de todas as receitas. Utilizada no cálculo dos pisos constitucionais da saúde e educação.

Como podemos ver, em 2017, de fato, houve redução na arrecadação municipal, tanto na Receita Total como na Receita Corrente Líquida. No entanto, em 2018, verificamos uma notória recuperação. Este crescimento permitiu ao caixa do município superar, em larga medida, a queda na arrecadação verificada no ano anterior. Indicamos abaixo, a magnitude do crescimento de cada uma das receitas utilizadas pela prefeitura explicitadas na tabela acima, comparadas com o índice da inflação medido pelo INPC.

Varição entre 2017 e 2018 - Receitas e Inflação



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, a prefeitura do município de Belo Horizonte teve uma arrecadação que excede, em larga medida, a inflação acumulada no último período. O indicador mais importante, a Receita Total, teve um crescimento de 8,66% no ano de 2018 contra uma inflação de 3,43% segundo o INPC¹. Isto significa um ganho real na arrecadação de 5,23%.

Arrecadação total da prefeitura teve crescimento real de 5,23% em 2018.

¹ O INPC é o indicador de inflação mais relevante para o perfil salarial dos trabalhadores em Educação do Município de Belo Horizonte, pois calcula a inflação para todos os consumidores cuja faixa de remuneração se encontra entre 1 e 5 salários mínimos.

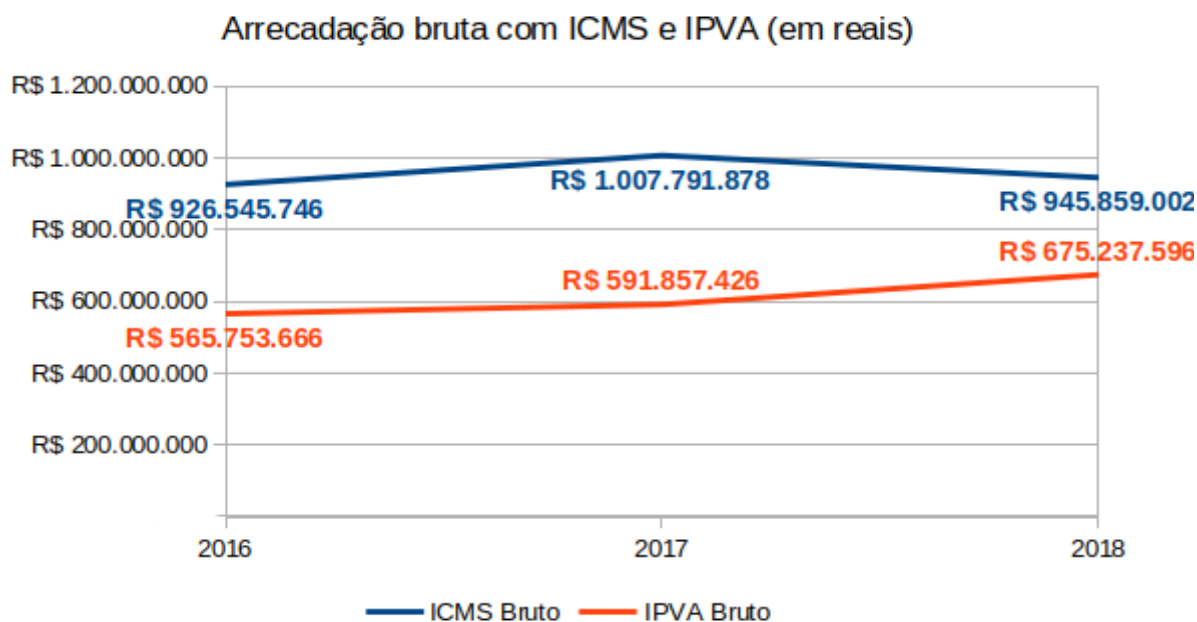
A questão do atraso dos repasses estaduais

Como indicado no item anterior, os atrasos nos repasses Estaduais, ao menos na prefeitura municipal de Belo Horizonte, não são tão significativos a ponto de reverter a tendência de crescimento das receitas no município. Isto porque, diferentemente de outros municípios do Estado, Belo Horizonte não é refém das transferências governamentais. O crescimento na arrecadação, por si só, já indica a possibilidade do município investir na Educação, se for sua prioridade. De qualquer forma é relevante analisarmos qual a magnitude dos atrasos nos repasses estaduais, de modo a inferirmos seu real impacto.

Abaixo segue-se a tabela com os repasses estaduais:

IMPOSTO	PERCENTUAL REPASSADO AO MUNICÍPIO
IPVA	50%
ICMS	25%
IPI	25% dos 10% que os Estados receberam a título de IPI

Desses repasses, o IPI é pouco significativo e sequer é discriminado na prestação de contas da prefeitura ao tesouro nacional. Nos centraremos, então, nos dois primeiros repasses: o IPVA e o ICMS. A seguir, indicamos a magnitude dos valores repassados pelo Estado para Belo Horizonte nos últimos três anos.



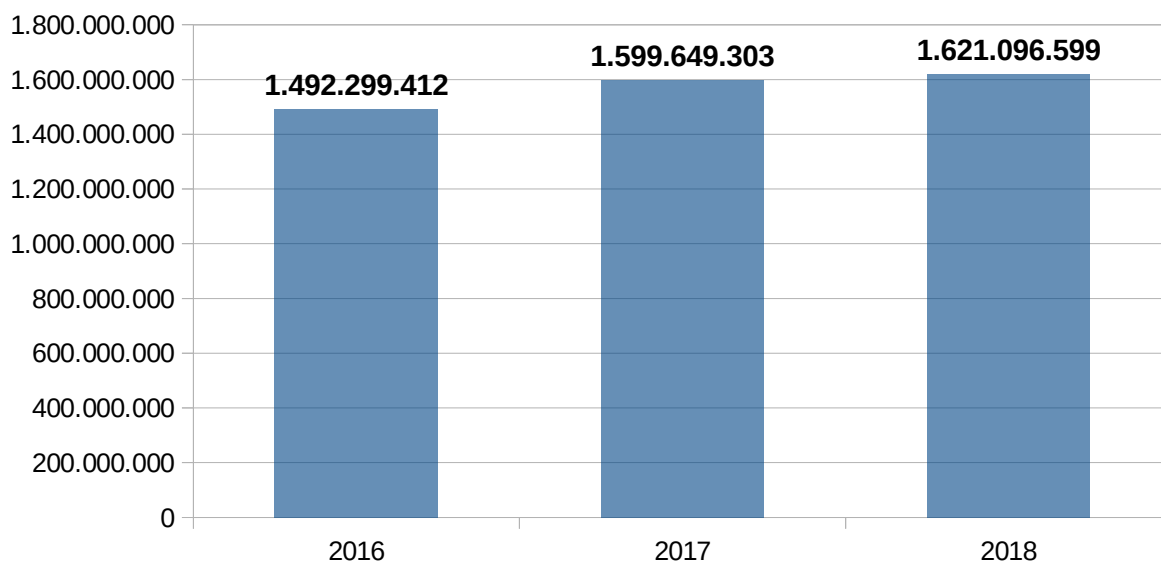
Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, **Elaboração:** ILAESE

Muitos podem se perguntar diante de tais dados: e o FUNDEB? Não é um repasse estadual? Não. O FUNDEB é uma transferência gerida pela União. Ocorre que 20% do ICMS e do IPVA são transferidas a título de FUNDEB. Nos números acima, já consideramos o ICMS e IPVA brutos, ou seja, anterior ao desconto do FUNDEB que será tratado de forma autônoma mais adiante.

Fica nítido, sobretudo na transferência do ICMS, a existência de atrasos nos repasses do Estado, o que explica a queda de 6,15% no arrecadado com este imposto, enquanto a tendência seria o crescimento dessa arrecadação. Mas o IPVA, por seu turno, cresceu cerca de 14,1%. Isto fez

com que as transferências estaduais, mesmo com os atrasos, superasse em 2018 o valor arrecadado no ano de 2017, como indicamos abaixo:

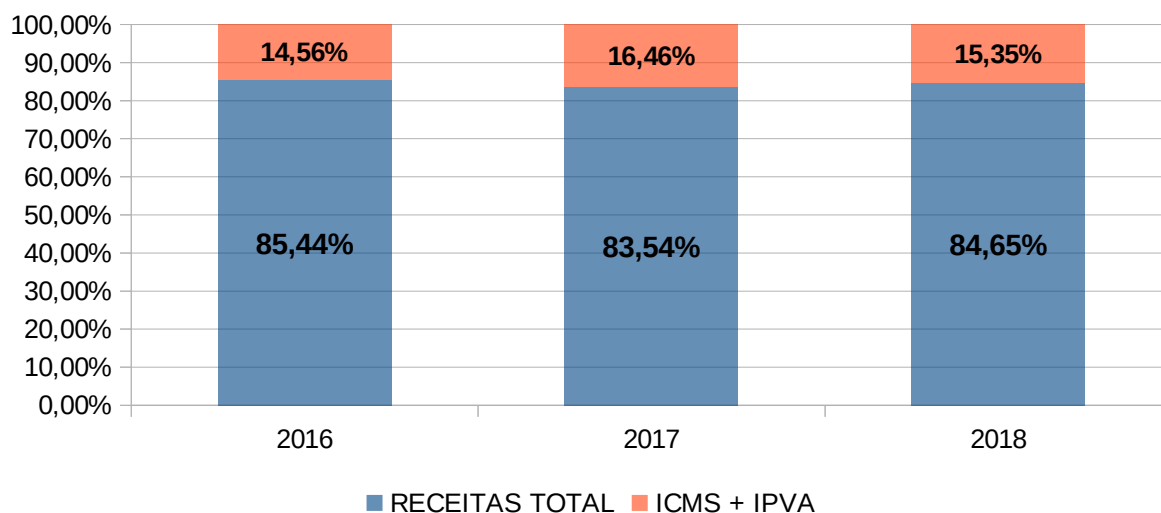
REPASSES ESTADUAIS: ICMS + IPVA (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, a prefeitura arrecadou, em 2018, 21 milhões de reais a mais que no ano anterior, mesmo com os atrasos. Some-se a isso, conforme dito anteriormente, que as transferências estaduais representam uma parcela relativamente reduzida da arrecadação municipal, que gira sempre em torno de 15 e 17%, conforme indicado no gráfico abaixo.

Impacto dos repasses estaduais na arrecadação municipal



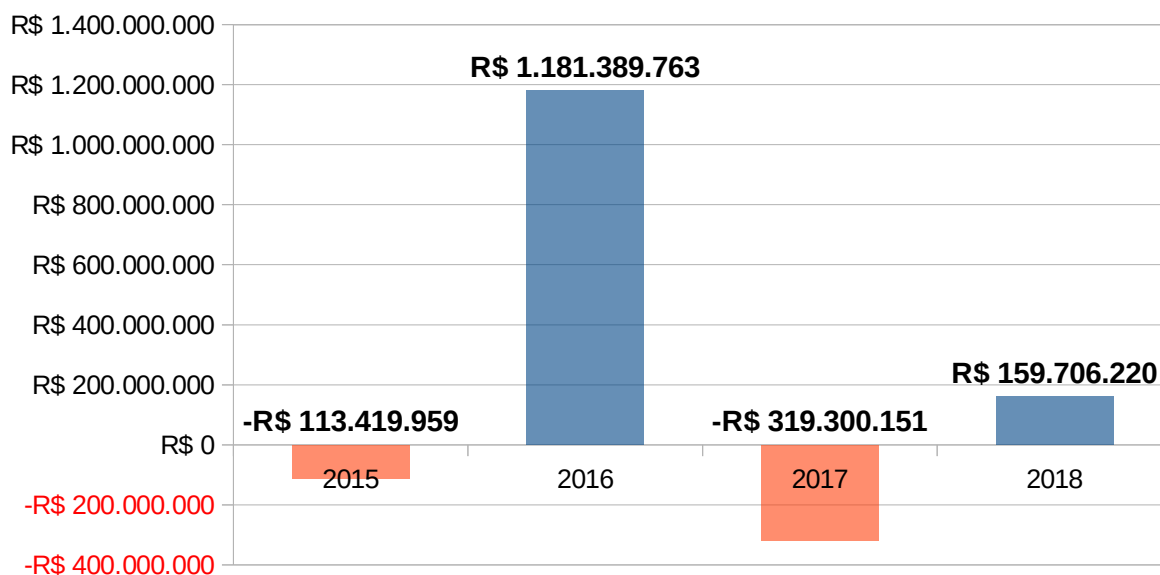
Fonte: Tesouro Nacional:Siconf. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, o percentual arrecadado com o IPVA e ICMS bruto em 2018 foi superior aquele de 2016, quando ainda não se verificavam atrasos nos repasses estaduais.

Belo Horizonte retoma superavit orçamentário

Claro está que não existe crise financeira alguma no município de Belo Horizonte. Tanto é assim que a prefeitura voltou a ter superavit na execução do seu orçamento, tal como indicado abaixo:

Superávit orçamentário (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf. Elaboração: ILAESE

Consideramos, no cálculo do superavit, todas as despesas empenhadas e não apenas as pagas, ou seja, todas ordens de pagamento verificadas nos anos em questão e não apenas os pagamento que de fato se realizaram. Em 2018 a prefeitura teve um superavit de 159,7 milhões de reais. Trata-se de um excedente em absoluto disponível para o orçamento do ano seguinte,

Esse valor poderia ter sido ainda mais elevado, já que em 2018 foi quitado o deficit orçamentário de 2017, no valor de 319,3 milhões de reais. Fica nítido, portanto, que o ano de 2018 a prefeitura de Belo Horizonte terminou em situação financeira muito mais cômoda que no ano anterior. Os atrasos estaduais, nesse cenário, não passam de uma desculpa que não refletem, em absoluto, a situação financeira do município em seu conjunto.

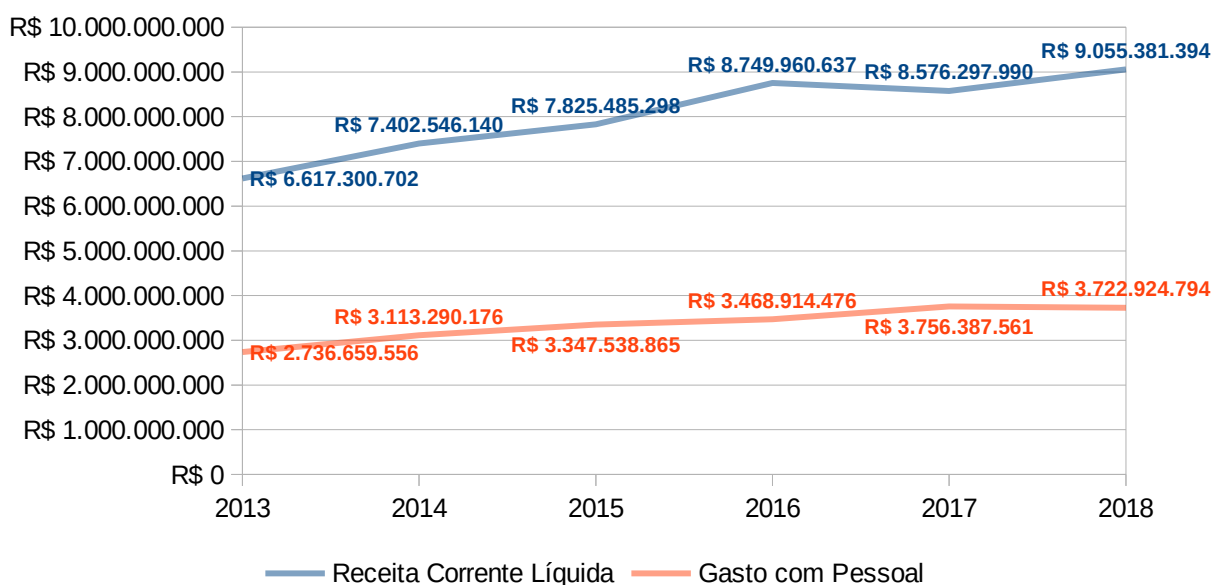
A prefeitura de Belo Horizonte teve superavit de cerca de 160 milhões de reais em 2018.

2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL

Sempre temos dito em nossos estudos sobre a necessidade de lutar contra a Lei Responsabilidade Fiscal(LRF). Tal lei impõem limites absolutos para o gasto com servidores públicos, de modo a garantir o pagamento da dívida pública. O capital financeiro é privilegiado em relação a serviços essenciais como moradia, educação, transporte e saúde. Nesse sentido, deixamos claro que tal lei não deve ser vista como um impedimento para que os servidores no geral e, os profissionais em Educação em particular, lutem pelos seus direitos e necessidades.

Em estudos anteriores, já ressaltamos a situação absolutamente cômoda de Belo Horizonte no que diz respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei estabelece que o poder executivo pode gastar, no máximo, 54% de sua Receita Corrente Líquida com pessoal. Além disso existe um limite de 6% a serem gastos com os demais servidores do poder legislativo. Nesse sentido, 40% da Receita Corrente Líquida (mais um percentual da Receita Total que não integra a Receita Corrente Líquida) devem ser gastos exclusivamente com outras pessoas jurídicas (terceirização) ou com demandas bancárias e financeiras. Por outro lado, não existe um piso no gasto com pessoal, mas apenas um teto. Assim, nada impede que a prefeitura gaste muito menos de 54% com pessoal. É exatamente o que acontece em Belo Horizonte. Indicamos abaixo o valor da Receita Corrente Líquida do município, seguida pelos respectivos gastos com pessoal.

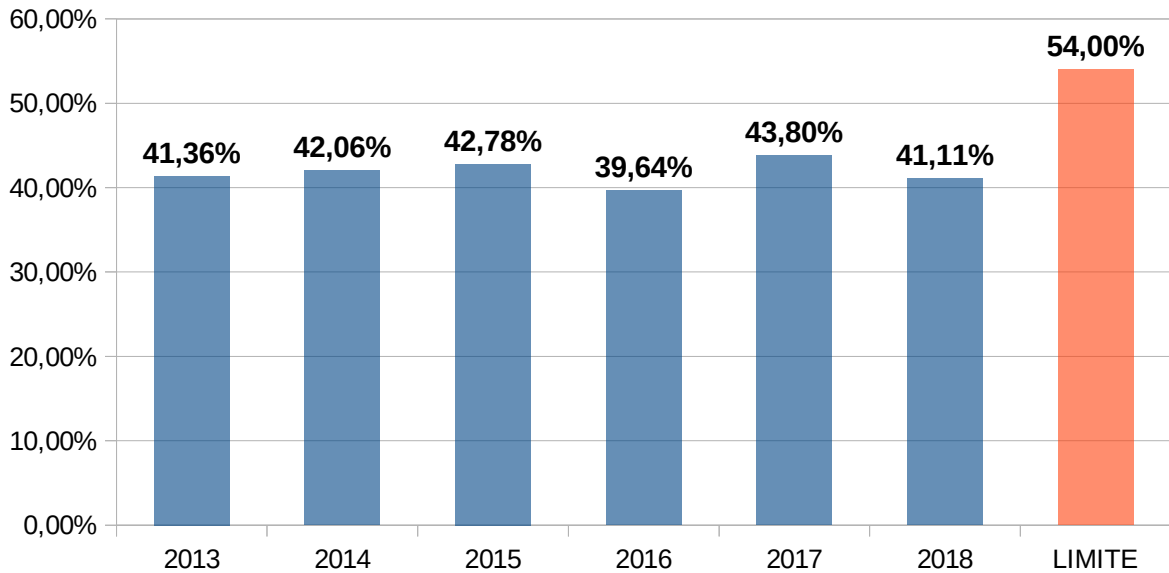
Gasto com Pessoal e Receita Corrente Líquida (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Por esses números já é possível notar que a evolução das receitas segue um ritmo superior ao dos gastos com pessoal. Para que fique mais claro, indicamos abaixo o percentual dos investimentos em pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

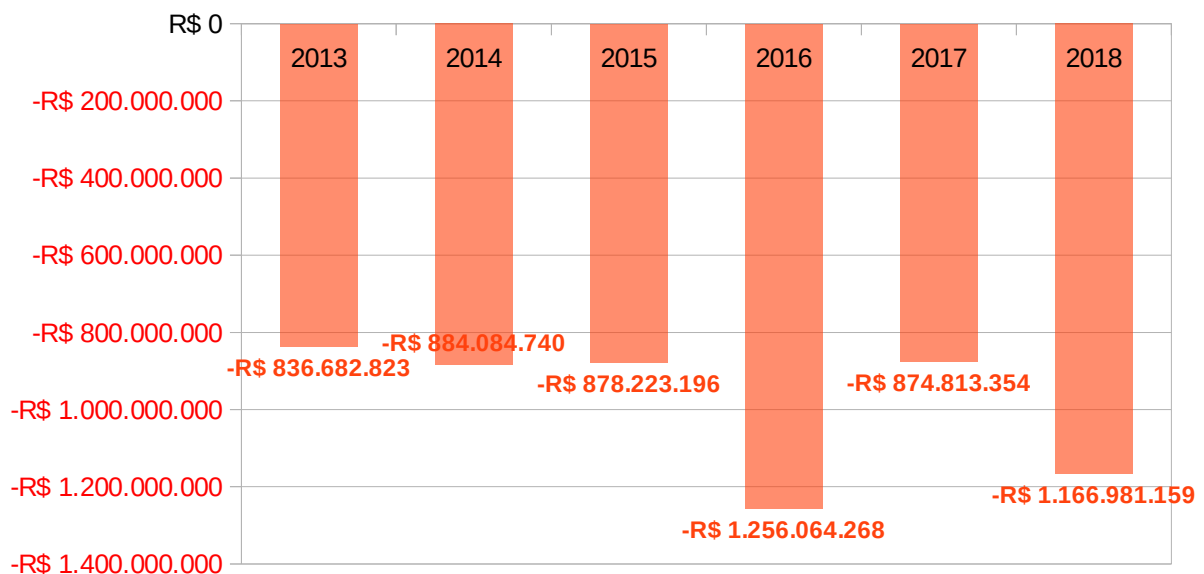
Percentual gasto em relação ao Limite da LRF



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Ora, em 2018, foram gastos apenas 41,11% com pessoal, 12,89% menos do que permite a LRF. Mas não somente isto. Trata-se do segundo valor percentual mais baixo nos últimos 6 anos. Não sem razão, os espaços disponíveis para serem investidos nos servidores é enorme; 1,166 bilhões de reais apenas no ano de 2018, conforme indicamos abaixo.

Espaço disponível em relação ao limite da LRF



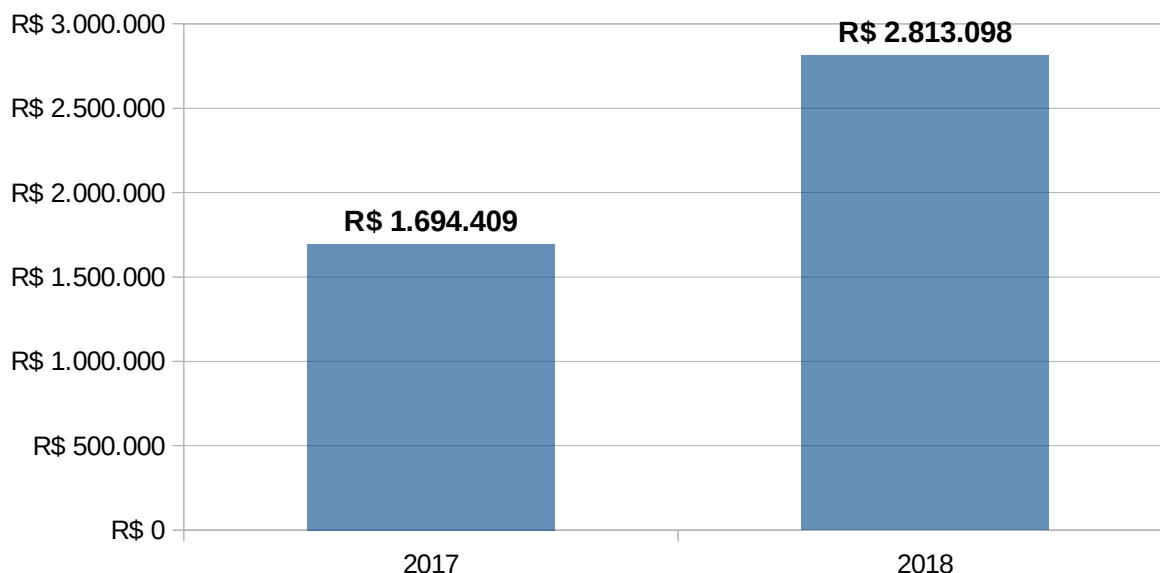
Fonte: Tesouro Nacional - SICONF. Elaboração: ILAESE

Em 2018, houve um espaço de 1,166 bilhões de reais que poderiam ser gasto com pessoal, mas que tiveram outros destinos.

Expressivo aumento dos gastos com cargos temporários em 2018

Não fosse o suficiente, mesmo dentro dos gastos com pessoal, o maior crescimento verificado em 2018 não se deu no quadro efetivo da prefeitura de Belo Horizonte, mas no quadro temporário: nos trabalhadores contratados por tempo determinado. É nesse item que se inclui, por exemplo, os cargos comissionados, além de formas precarizadas de contratação.

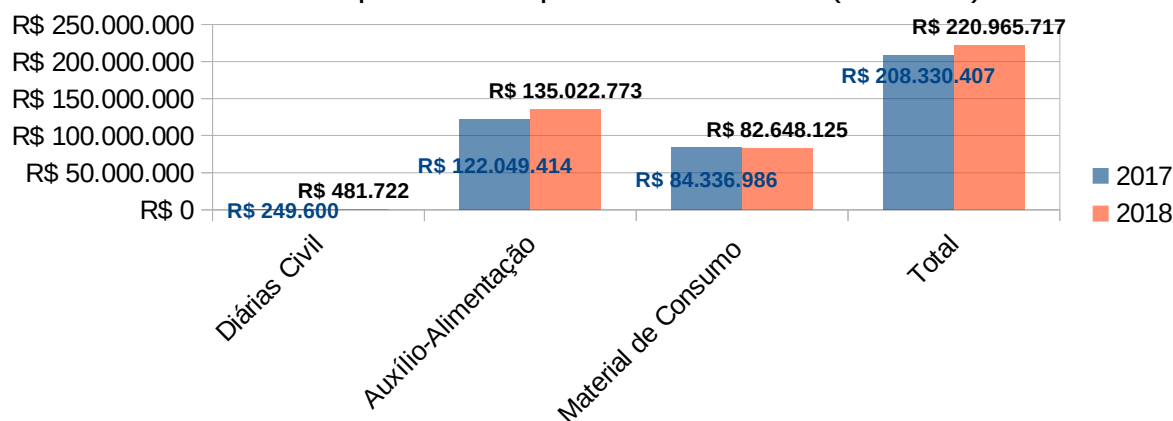
Contratação por tempo determinado (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Os gastos da prefeitura com trabalhadores contratados por tempo determinado cresceram nada mais dada menos que 66% em apenas um ano, passando de 1,694 milhões de reais para 2,813 milhões. Este crescimento foi ainda mais elevado se levarmos em conta os gastos com diárias, materiais de consumo e auxílio alimentação que atendem, em grande medida, os gastos comissionados.

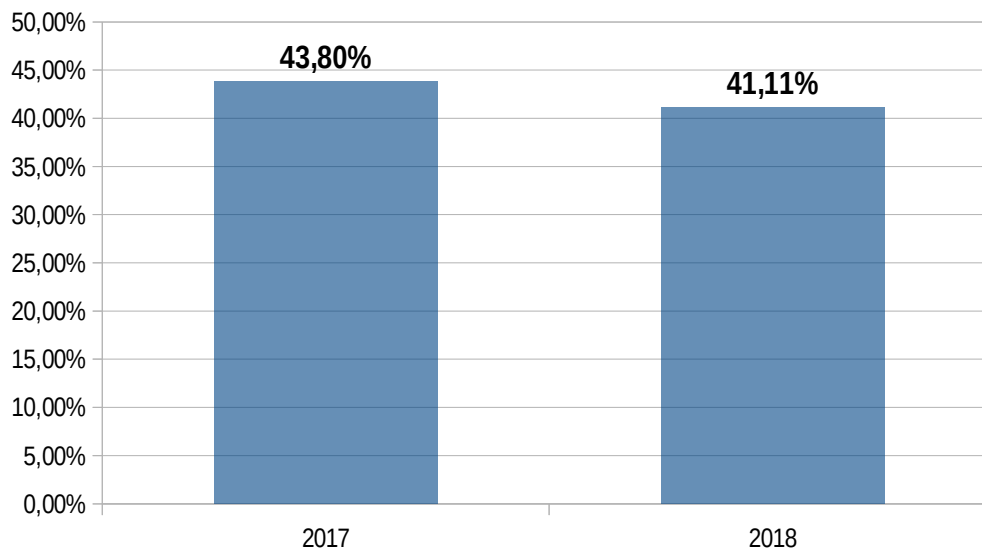
Auxílios à pessoal temporário e materiais (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Não sem razão, no interior dos gastos com pessoal, o que foi dispendido no pagamento de salários e benefícios do quadro efetivo da prefeitura reduziu de 43,80% para 41,11% como indicado abaixo:

Percentual dos Vencimentos e Vantagens Fixas em relação ao Total de Gastos com Pessoal



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Os gastos com cargos temporários cresceram 66% no ano de 2018.

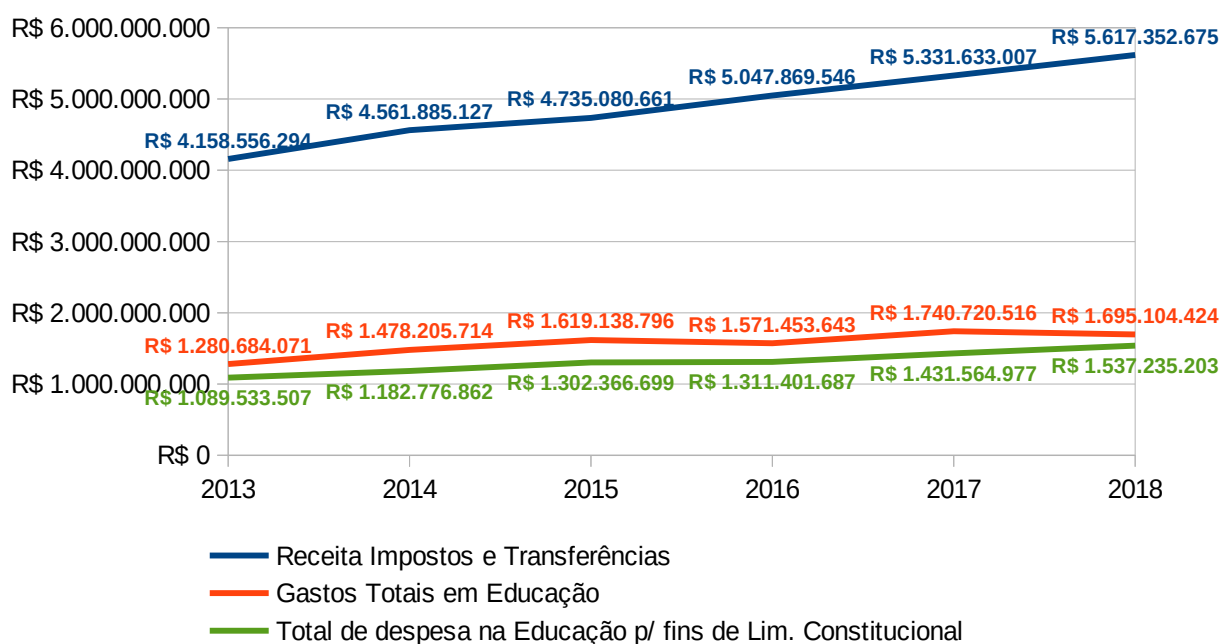
3 – AS DEFICIÊNCIAS CRÔNICAS DOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Do que foi anteriormente analisado, fica claro que, já no ano de 2018, houve possibilidades reais de se ampliar os recursos destinados a Educação municipal, bem como a outros serviços e necessidades essenciais. No presente item, tratamos, em particular, da Educação.

Investimentos totais em Educação

No item abaixo apresentados o total investido em educação em relação à Receita por Impostos e Transferências. Como explicado no primeiro capítulo desse estudo, é sobre essa receita que incide o piso constitucional da educação básica. Apresentamos ainda o gasto bruto total na Educação, em vermelho, seguido pelo gasto na Educação básica segundo os requisitos exigidos para o cálculo do piso constitucional de 25%.

Gastos totais em Educação e Receita por impostos e transferências (em reais)

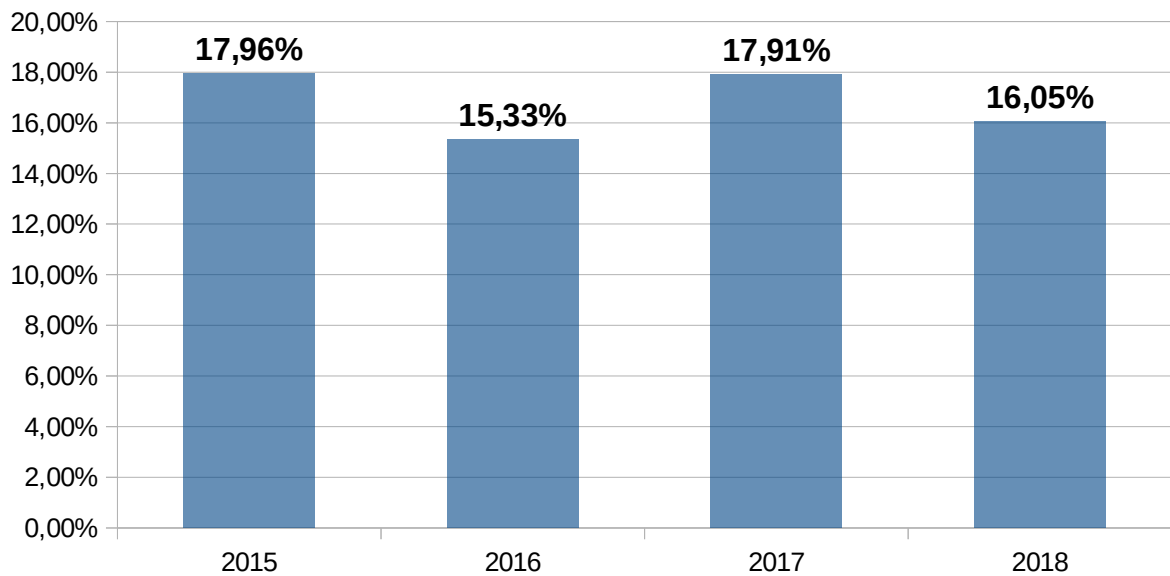


Fonte: FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como se nota, em 2018, houve uma redução absoluta do total investido em Educação no município, ainda que os investimentos específicos na educação básica tenham se elevado. De 1,740 bilhões de reais investidos em 2017, temos apenas 1,695 bilhões gastos em 2018, uma queda de 2,6% diante de uma receita total que cresceu 8,66% conforme já indicado.

Não sem razão, o percentual total investido na Educação caiu de 17,91% em 2017 para 16,05% em 2018.

Gasto real em Educação em relação à Receita Total



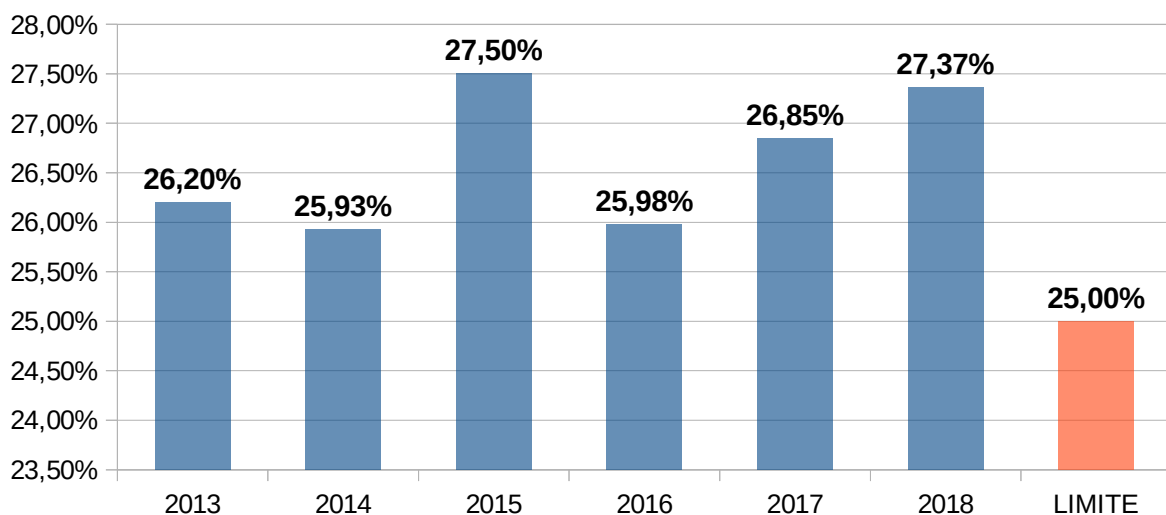
Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

Pode parecer, a primeira vista, que o município não cumpre o piso de 25%. No entanto, conforme já foi dito, esse piso é medido em relação à Receita por impostos e transferências, o que indicaremos no próximo item.

Piso constitucional da Educação Básica

Considerando apenas a Educação Básica, temos um quadro de estagnação relativa nos investimentos, com uma leve recuperação em 2018. Esse percentual sempre oscilou entre 25% e 27,5%. Isto é, sempre muito próximo do mínimo exigido.

Investimento em Educação básica para fins de Limite Constitucional



Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

Sempre bom lembrar que não se trata de 25% da Receita Total da prefeitura. A lei do piso determina que o mínimo a ser investido na educação básica incide apenas na Receita por Impostos e Transferências. Receita esta que corresponde a pouco mais da metade da Receita Total do município. Por isso, esses 25% correspondem, na realidade, a algo em torno de 13% da Receita Total do município.

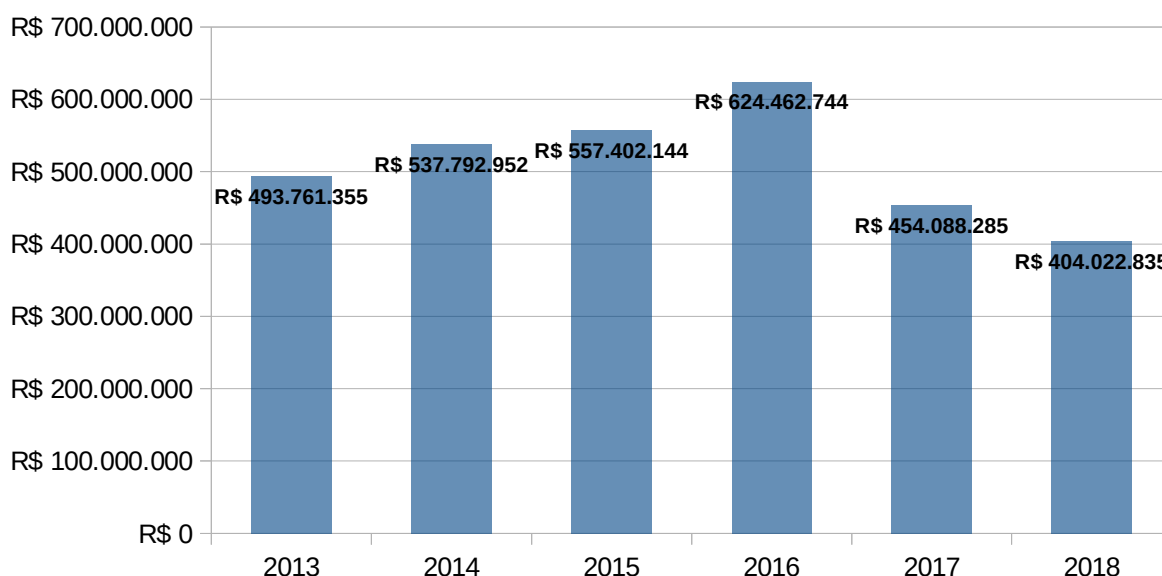
O quadro mais geral dos gastos mínimos em educação básica é de estagnação com uma leve recuperação em 2018.

Investimentos com os profissionais do magistério na Educação Básica

Já os gastos com os professores, após uma violenta queda em 2017, seguiu outra violenta queda em 2018. Cabe aqui, portanto, algumas notas sobre a falta de transparência sobre esse dados em particular nos relatórios apresentados pela prefeitura.

Indicamos em estudo anterior que os valores apresentados pela prefeitura até o ano de 2016 para os gastos com professores apresentam uma dinâmica estranha, já que correspondem literalmente ao valor bruto repassado pelo FUNDEB. Existe a possibilidade de tais valores terem sido declarados incorretamente. Nossa fonte de dados, todavia, o FNDE é o mecanismo oficial por meio do qual a prefeitura fornece as informações ao Tesouro Nacional. Mas não é somente isso. Em 2018, segundo o FNDE, a prefeitura apresentou um gasto de 404 milhões com o pagamento dos professores. Já no relatório de execução orçamentária do Tesouro Nacional este valor foi de 475 milhões de reais. Ora, qual o valor correto? Nesse caso, a prefeitura deve prestar esclarecimentos quanto a esses números.

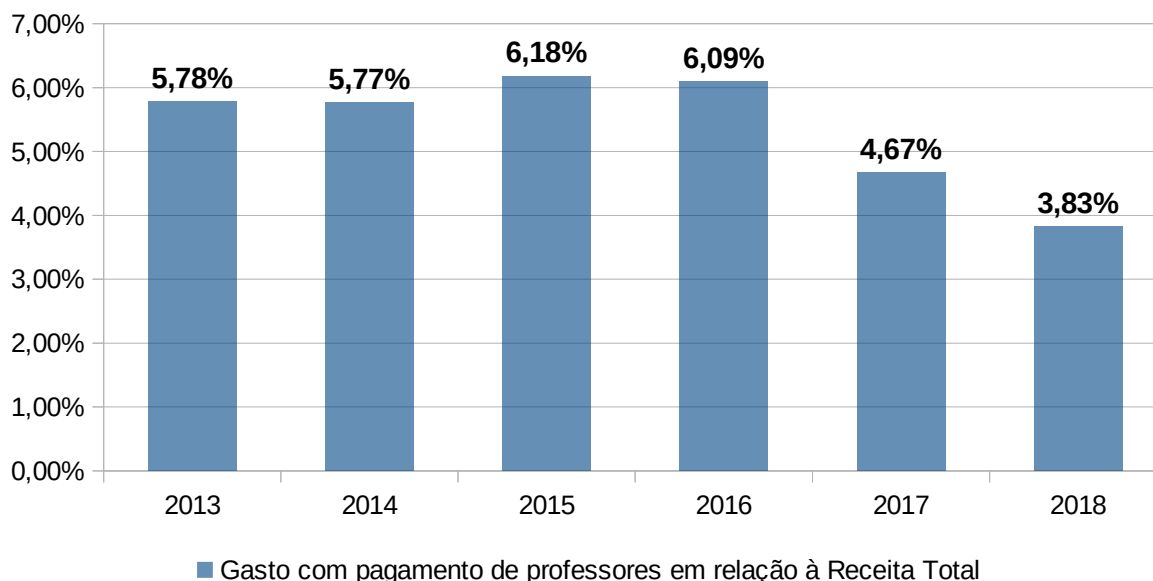
Total gasto com pagamento dos professores (em reais)



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Seja como for, tal como declarados pela prefeitura de Belo Horizonte ao FNDE, os valores destinados ao pagamento dos professores foram, em 2018, ainda mais reduzidos que no ano de 2017, tanto em termos relativos quanto absolutos. Se os considerarmos em relação à Receita total do município, como apresentado abaixo:

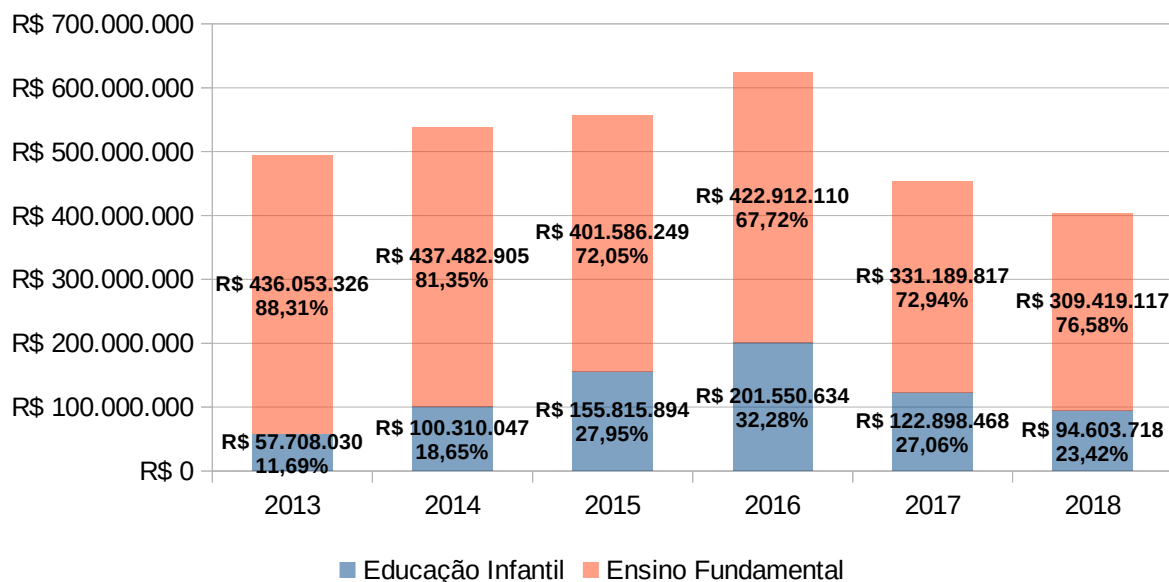
Percentual gasto com pagamento dos professores em relação à Receita Total



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

A queda, como indicado, é assombrosa. De 6,09% aplicado no pagamento dos professores em 2016 para apenas 3,83%. Em termos absolutos, uma queda de 50 milhões de reais. Esses valores ficam assim distribuídos entre os professores da educação infantil e do ensino fundamental.

Pagamento dos profissionais do magistério (em reais)



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Como se nota, nos últimos 5 anos as receitas da prefeitura cresceram em torno de 23,52%, enquanto o gasto com professores, tanto do ensino infantil como fundamental, caíram 18,17%. A remuneração dos professores possui, assim, a pior evolução entre todos os itens analisados nesse estudo.

Segundo o FNDE, os investimentos nos professores da educação municipal caiu cerca de 50 milhões de reais apenas em 2018

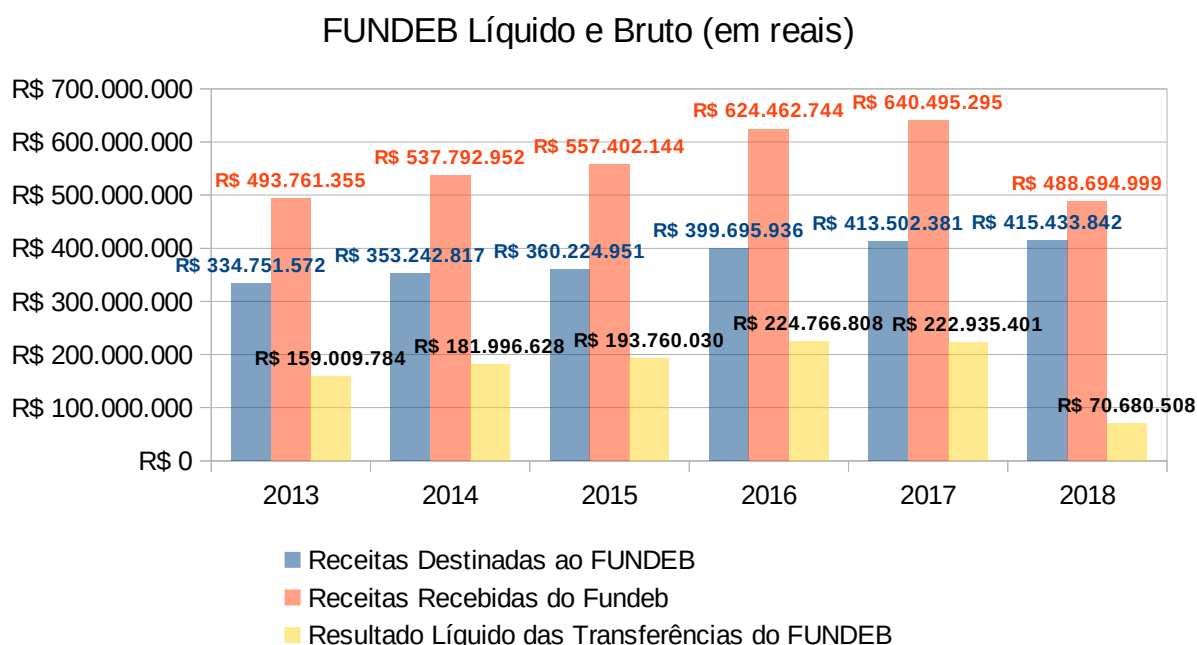
4 – FUNDEB é apenas uma receita complementar

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem sua origem em uma parcela de 20% que incide sobre os tributos arrecadados por todas as esferas de Governo, segundo um conjunto de regras preestabelecidas. Além disso, o Fundeb ainda recebe os recursos da chamada Complementação da União, por intermédio do orçamento do Ministério da Educação. Analisemos, em primeiro lugar, o impacto do FUNDEB no orçamento destinado a educação em Belo Horizonte, para, em seguida, analisarmos sua distribuição.

É importante deixar claro que o FUNDEB é apenas uma receita complementar para o financiamento da educação pública. A responsabilidade de financiamento da educação municipal é, por definição, da respectiva prefeitura. O FUNDEB é uma transferência da União que visa auxiliar nessa tarefa, mas não substitui, em nenhum sentido, as responsabilidades da administração municipal.

Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação

No gráfico e na tabela abaixo, podemos ver a parcela dos recursos oriundos do FUNDEB entre 2013 e 2018. Em vermelho temos o valor recebido pelo município do FUNDEB, em azul temos o valor pago pelo município ao FUNDEB e, em amarelo, o saldo líquido do FUNDEB.

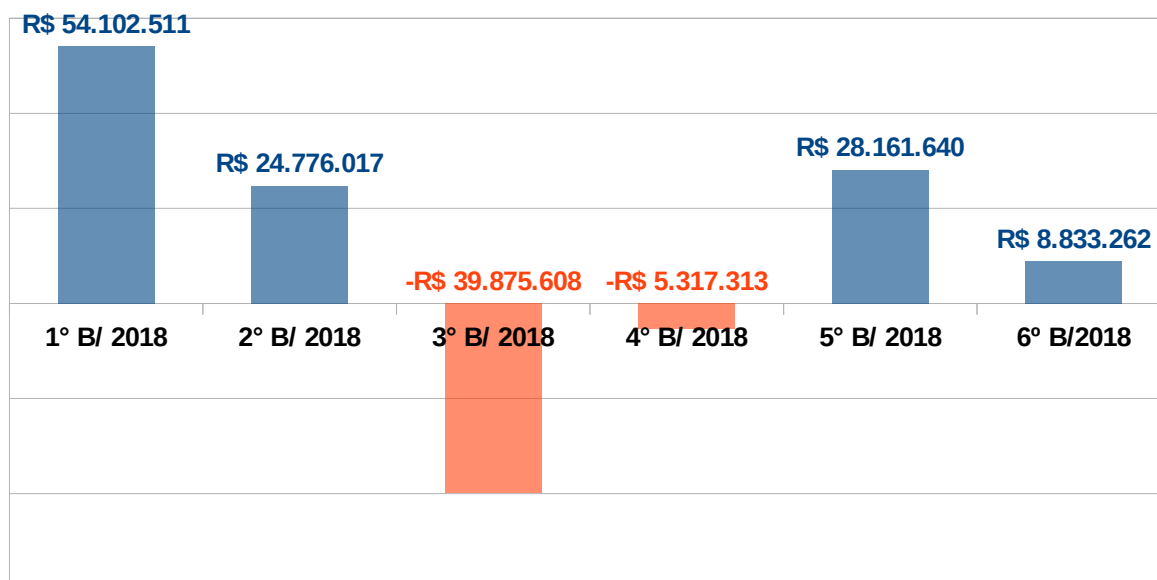


Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, existe uma diferença significativa entre o montante do FUNDEB recebido em 2018 (cerca de 70,7 milhões de reais) e aquele relativo a 2017: cerca de 223 milhões. Essa diferença está relacionada aos atrasos nos repasses estaduais na COTA do FUNDEB que é de sua responsabilidade (ICMS e IPVA) conforme apresentado no primeiro capítulo do estudo. Estimamos que esses atrasos estão entre 160 e 200 milhões de reais.

Os dados bimestrais indicam que a dinâmica dos atrasos não se reverteu até o fim de 2018, como indicado abaixo:

Saldo do FUNDEB em cada bimestre (em reais)



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Percebemos que o saldo líquido do FUNDEB chegou a ser negativo no terceiro e quarto bimestre do ano de 2018. Apesar de uma razoável recuperação no quinto bimestre, o saldo do sexto e último bimestre do ano foi de apenas 8,8 milhões de reais. Embora a quantia transferida via FUNDEB não seja fixa, esses valores deviam oscilar em torno de 40 milhões de reais por bimestre. Fica explícito, portanto, que os atrasos estaduais na sua cota do FUNDEB permaneceram até o fim de 2018.

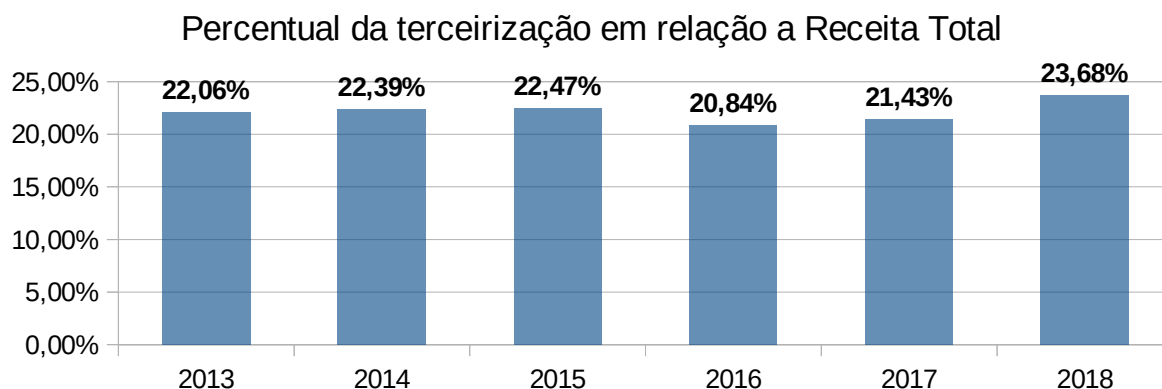
5 – O AVANÇO DA TERCEIRIZAÇÃO

Uma prova de primeira importância de que o município de Belo Horizonte, mesmo com os problemas apresentados nos repasses estaduais, conseguiu expressivos recursos no ano de 2018 foi a disparada na terceirização. Até 2018, o município apresentava um gasto absoluto em atividades terceirizadas que oscilavam sempre em torno de 2 bilhões de reais. No entanto, em 2018, esse valor superou os 2,5 bilhões de reais. Indicamos os valores a seguir.



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Para se ter uma ideia clara dessa magnitude, o valor absoluto com que os gastos em atividades terceirizadas evoluíram, basta atentar que o crescimento dos recursos destinados a atividades terceirizadas foi superior ao montante gasto para o pagamento de todos os professores da rede pública municipal. Trata-se de uma elevação absoluta de 418 milhões de reais em atividades terceirizadas. Não é casual, portanto, que Belo Horizonte tenha batido seu recorde de porcentual de sua Receita Total gasta com terceirização, como indicado a seguir.



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Conclusões

Belo Horizonte retomou, em 2018, o crescimento de sua arrecadação que foi 5,23% superior à inflação. Mesmo diante dos atrasos nos repasses estaduais.

O espaço disponível para o investimento em pessoal tornou-se ainda maior no ano de 2018. São mais de um bilhão de reais disponíveis para serem gasto com pessoal conforme os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, houve uma elevação considerável nos gastos com cargos temporários.

Verificamos uma queda absoluta nos investimentos totais na Educação no município e uma queda ainda mais considerável nos gastos com os professores do município.

O gasto com atividades terceirizadas cresceram quase meio bilhão de reais apenas em 2018.